



LITERATURA E COMUNICAÇÃO: O DOCUMENTAL E O FICCIONAL NO CONTO “VOLUNTÁRIO”¹

Erik Paiva LOPES²
Karina Menezes CUNHA³
Katherine Modesto VASCONCELOS⁴

Resumo: A comunicação, seja oral ou escrita, sempre foi importante para manter vivas durante gerações as peculiaridades de uma época. O livro, considerado a primeira forma de mídia impressa a partir da Bíblia de Gutenberg, foi de extrema importância para a massificação de saberes diversos, embora tenha sido ajudado pela linguagem oral para a divulgação de seu conteúdo às pessoas das mais variadas classes sociais e idades. Tal contexto serve de ambiência para este trabalho, que busca abordar o documental e o ficcional no conto “Voluntário”, de Inglês de Souza, fugindo da dicotomia real/imaginário. Busca-se apreender o livro como um difusor de saberes e uma fonte de caráter informativo transcendental, utilizando-se para isso do conto “Voluntário”, que ambienta personagens fictícios no contexto da Guerra do Paraguai e seus percalços na região Norte do país. Assim, também há a preocupação de relacionar a comunicação a outros campos do conhecimento, valorizando sua natureza interdisciplinar.

Palavras-chave: *Documental, ficcional, Voluntário.*

¹ Trabalho submetido ao I Encontro de História da Mídia do Norte 2010, destinado ao GT “Historiografia da Mídia”.

² Estudante do 4º semestre do curso de comunicação social com habilitação em publicidade e propaganda da Universidade Federal do Pará. E-mail: eletrobass@ibest.com.br

³ Estudante do 4º semestre do curso de comunicação social com habilitação em jornalismo da Universidade Federal do Pará. E-mail: karinamenezes18@yahoo.com.br

⁴ Estudante do 4º semestre do curso de comunicação social com habilitação em jornalismo da Universidade Federal do Pará. E-mail: kathy-vasconcelos@hotmail.com

Introdução

O homem, ao longo de sua existência, sempre deixou registros de suas vivências. O documento escrito mais antigo da História data de aproximadamente 14 a.C. e foi encontrado por arqueólogos recentemente, em Jerusalém. Heródoto, considerado “Pai da História”, foi o primeiro a gravar o passado e a considerá-lo fundamental para o conhecimento da natureza humana. Após o surgimento dos tipos móveis e da “Bíblia de Gutenberg”, no século XV, “nasceram” os livros e as mais variadas formas de impressos, e estes eram difundidos com uma pequena ajuda da linguagem oral:

Índices de instrução eram relativamente baixos entre alguns setores da população urbana, como mulheres, crianças e a classe operária não especializada, e entre os camponeses, que constituíam a maioria da população nos inícios da Europa Moderna. Daí não se conclui, porém, que indivíduos destes grupos fossem totalmente refratários ao mundo dos impressos. Livros populares, almanaques e outras publicações eram levados a todas as regiões do campo por vendedores ambulantes, que carregavam suas mercadorias de aldeia em aldeia e as ofereciam por um bom preço. Além disso, é provável que em algumas ocasiões, por um motivo ou por outro, alguns livros fossem lidos em voz alta para pessoas reunidas em determinados lugares. (THOMPSON, 1998: 60)

A partir desta expansão, os livros deixaram de ser um monopólio da Igreja, e seus conteúdos passaram a ser os mais diversos, desde dicionários até gramáticas. Neste sentido, tais impressos são importantes como fontes do conhecimento ao longo de todos os anos de sua existência. Porém, há um embate entre as narrativas ditas ficcionais e as ditas verídicas, que reduzem o valor de obras consideradas históricas à simples dicotomia do real/imaginário, documentos históricos/ obras literárias. Já no século XVIII, o Iluminismo debatia a importância da literatura como fonte de reconstrução do passado. E mesmo documentos ditos “históricos” muitas vezes são escritos na visão dos vencedores, porquanto se tratando apenas de uma versão dos fatos.

Tal embate perpassa por outro mais amplo, que confronta Literatura e História. Erroneamente, trata-se a primeira como sinônima do imaginário, e a segunda como uma fonte inegável de veracidade, por se amparar em escritos documentados cuja temporalidade é atestada pela Ciência. Para o historiador Jacques Le Goff, o imaginário é considerado uma construção social, portanto, histórica e datada. Já o crítico literário argentino Noé Jitrik acredita que a ficção se confunde com a verdade histórica dentro dos romances históricos. Em verdade, História e Literatura muitas vezes complementam-se e ambas têm sua participação na formação do conhecimento da sociedade.

História e Literatura: diferentes formas de representar o mundo

Literatura e História usualmente podem ser caracterizadas como campos opostos do conhecimento, sem que se considere que ambas são formas de representações diferenciadas de um mesmo mundo existente. Sobre as representações, diz Patrick Charadeau:

(...) ao construírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso, ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real. (CHARADEAU, 2007: 46-47)

A problemática da diferenciação entre estes dois gêneros pode ter tido sua origem com Aristóteles, que no capítulo 9 da *Poética*, buscava particularizar poesia e História, determinando a primeira como sendo uma imitação do que é universal, enquanto a segunda se atém ao estudo de casos particulares.

Questões como “Até que ponto uma narrativa histórica deve ser literária?” ou “Até que ponto as fontes utilizadas para reconstituir o passado não são apenas literatura?” têm sua gênese no Iluminismo do século XVIII, mostrando claramente que

já naquela época, os discursos⁵ histórico e literário não estavam isentos da influência um do outro, embasados pelo conceito do signo da heterogeneidade trabalhado por Sírío Possenti (1990), em que um discurso é perpassado pela memória de diversos outros.

Por volta de 1900, a narrativa literária sofre uma tentativa de descredenciamento como fonte de saber histórico por parte do Cientificismo. Esta corrente pregava a construção de textos isentos de “ficção”. Apenas com a Escola de Annales, na França, a Literatura recuperou seu caráter de fonte histórica.

Como principais personagens da construção dos discursos histórico e literário, historiador e escritor percorrem caminhos semelhantes para retratar o mundo: selecionam tramas, enredos e personagens que dão sustentação ao seu trabalho. O escritor, embora não tenha o compromisso com a “verdade” e com os rigores dos métodos de comprovação factuais, necessita ser convincente e articulado, contextualizando ambientes, personagens e acontecimentos, estabelecendo assim o vínculo com seu leitor.

O historiador procura nos trabalhos literários, narrativas ilustrativas de determinadas épocas, tomando o não-acontecido como forma de recuperação do acontecido. O trabalho do historiador consiste em construir um discurso não dito “real”, mas verossímil, pois os relatos que embasam sua pesquisa são selecionados de acordo com o que seja mais provável de ter ocorrido. Não se trata então de uma reconstituição fidedigna do passado e sim, da ótica daqueles que teriam vivido um certo tempo.

Pode se dizer que Literatura e História apresentam modos de enunciação diferenciados: a primeira apropria-se de uma linguagem mais subjetiva, enquanto a segunda reinterpreta e seleciona os fatos, retirando deles a linguagem poética.

É importante ressaltar que embora haja essa atribuição de um caráter objetivo à História, o próprio fato de ela ser “editada” (seleção, ordenação de acontecimentos)

⁵ Segundo conceito de discurso como sendo “(...) um conjunto de enunciados que se relacionam entre si de maneira mais ou menos garantida”. (POSSENTI, 1990: 6)

imprime ao resultado final determinado subjetivismo da pessoa que realizou tal processo, pois como fala CHARADEAU (2007) sobre os conhecimentos ditos científicos, sabe-se que passam pelo “(...) filtro da experiência social, cultural, civilizacional, o que os relativiza (...)”.

Não se pode eximir também o fato de que muitos registros históricos são permeados pela disseminação da visão de grupos ou classes dominantes vigentes à época pesquisada.

Tal situação não pode ser tida como finda atualmente: devido ao surgimento de novas mídias e tecnologias e à maior capacidade de inserção destas na sociedade, a manipulação de imagens e informações pelas classes hegemônicas acaba por tornar ainda maior a confusão existente entre os ditos “real” e “ficcional”.

Romances literários: meio de resgate da História

“Não podemos nos esquecer nunca da obra de arte como forma de conhecimento, de aprofundamento do mundo real”. (LUCAS, 1970: 15).

A apropriação da Literatura como forma de construção de críticas sociais já podia ser observada no século XV, nos autos de Gil Vicente, por meio de personagens que constituíam um retrato dos costumes e vícios da sociedade àquela época.

A perspectiva social também pode ser considerada uma característica dos romances, segundo Fabio Lucas (1970) “(...) toda vez que a personagem ou o grupo de personagens tiver seu destino ligado ao da sociedade global de que faz parte (...)”. Ou seja, a análise de um romance deve ir além da constatação da ficcionalidade dos personagens e suas tramas. Também deve ser considerado o “pano de fundo”, ou seja, os contextos histórico, social e econômico que permeiam a obra literária, tendo eles sendo vividos ou não pelo seu autor.

Nesse sentido, o romance histórico surge então como gênero literário que mistura história e ficção, reconstruindo ficticiamente acontecimentos, costumes e personagens históricos.

O crítico literário argentino Noé Jitrik, em “História e Imaginación Literária”, classifica o termo “romance histórico” como:

(...) um acordo- quiçá sempre violado- entre “verdade”, que estaria ao lado da História, e “mentira” que estaria ao lado da ficção. E é sempre violado porque é impossível um acordo perfeito entre essas duas ordens que encarnam, cada uma ao seu jeito, dimensões próprias da mesma língua ou da palavra, entendidas como relações de apropriações do mundo”. (JITRIK, 1995: 11)

O romance histórico não deve então ter seu caráter de fonte histórica esquecido, pois também deve ser considerado como uma forma de apreensão do mundo em que se vive. Para Jitrik, a verdade presente nos romances históricos não tem o mesmo sentido de quando nos referimos à verdade científica, por assim dizer. “Verdade” se trata de um tema, que é abordado de maneira relevante. Para que um romance seja considerado histórico, é fundamental que este seja norteador pela verdade. Então, enquanto obra artística, literária e histórica, um romance enquadrado neste gênero contém as características ficcionais presentes em um romance, não podendo, porém, abdicar da presença da verdade histórica.

Jitrik acredita que é possível a confusão da ficção com a verdade histórica dentro dos romances históricos. Porém, deve se considerar que alguns fatos e personagens históricos são conhecidos e compreendidos mais por intermédio da Literatura, do que pela própria investigação científica, como expresso no trecho:

O assunto (da validade histórica do romance histórico) poderia ser tratado mediante uma afirmação muito coerente, segundo a qual a Literatura proporciona mais verdade do que a Ciência ou, dito de outro modo, que se sabe mais graças à Literatura do que à Ciência. (JITRIK, 1995: 12)

Análise do conto “Voluntário”

O conflito que deu início a Guerra do Paraguai (1864-1870), foi motivado pela ambição do ditador paraguaio Francisco Solano López, que pretendia aumentar o território do país e possibilitar o acesso deste ao Atlântico, por meio da invasão da província de Mato Grosso. A Guerra mobilizou além do Brasil, Argentina e Uruguai, que lutariam como a Tríplice Aliança. O Paraguai foi vencido na batalha naval de Riachuelo e na luta de Uruguaiana. Ainda há muitas divergências sobre o número de mortos que a guerra deixou: fala-se de 30 a 50 mil homens, que jamais retornaram aos seus lares.

Foi neste contexto que o escritor paraense Inglês de Souza ambientou seu conto “Voluntário”. A obra retrata Alenquer, cidade do Pará, em 1865, onde viviam uma velha tapuia chamada Rosa e seu filho Pedro.

Pedro era considerado o melhor pescador da região, o que despertava a inveja de Manoel de Andrade, agregado da família de capitão Fabrício, que fora nomeado recrutador da Guerra do Paraguai na pequena cidade.

Certo dia, Pedro recebe a visita de Fabrício. O capitão tenta convencer o rapaz a ser voluntário da Pátria na Guerra. Sendo filho único de mãe viúva, a norma impedia que o recrutamento de Pedro. Porém, Fabrício, homem forte e intransigente, o recruta a força.

Dona Rosa vai a Santarém em busca de um advogado (narrador da história), para que livre o filho da batalha. O advogado empreende esforços em prol de Pedro, mas não contava com a conivência do juiz com a polícia, que burla as leis ao permitir que o rapaz embarque para a guerra.

O conto finda quando a mãe de Pedro já louca, vaga sem rumo pelas ruas de Santarém, na mais completa solidão.

“Voluntário” tem como tema central os desmandos da Guerra do Paraguai na cidade de Alenquer, especificamente na vida de dona Rosa, que teve seu rumo alterado por ela, assim como o de milhares de outras famílias que viveram naquele contexto. O

autor, por meio de personagens e situações fictícias, reconstrói este fato histórico utilizando a obra literária como uma forma de apreensão do mundo à época da guerra. Além disso, o conto critica os valores controversos presentes naquela sociedade.

Como objeto de análise, deve-se destacar o título da obra, que ironiza o recrutamento forçado e a violência dos recrutadores, personificada no personagem do capitão, denotando a realidade do período. O recrutamento era visto com temor pelas classes menos favorecidas, já que em grande parte os “Voluntários da Pátria” que iam para as frentes de batalha eram negros escravos e caboclos.

Outro aspecto relevante do título é a ausência de artigo antes do substantivo, demarcando o índice de indeterminação do sujeito. Tal estratégia enunciativa permite a possível compreensão de que Pedro é, na verdade, a representação de toda uma coletividade que foi obrigada a lutar na Guerra do Paraguai. Este aspecto pode ser verificado também em outros personagens como no juiz, personificação do já falho e corrupto sistema jurídico vigente à época, e em dona Rosa, que poderia ser tida como a junção de todas as famílias que perderam seus entes queridos na Guerra do Paraguai.

O conto traz o diferencial de ser narrado pela ótica dos vencidos, e não dos vencedores, contrariando a recorrência da documentação de fatos históricos na versão das classes dominantes. Assim, “Voluntário” abstém-se de retratar as possíveis glórias da guerra para enveredar pela versão do medo, das perdas de pessoas como dona Rosa, que viam seus parentes serem submetidos às mais diversas formas de violência diante do recrutamento.

Neste contexto, “Voluntário” pode ser configurado como um documento de crítica social, denunciando aspectos da sociedade do interior paraense do século XIX. O conto perde seu caráter somente “ficcional”, ao reconstruir acontecimentos históricos no ambiente literário.

O conto se torna assim apenas umas das formas de se exemplificar o quão próximos estão Literatura e História, e que o que denominamos por “real” e “imaginário” não são exatamente delimitados. Tais conceitos devem ser analisados pela ótica da existência de fatores como os contextos nos quais as obras literárias se inserem,

e dos quais são indissociáveis, tornando assim os dois campos, histórico e literário, essenciais no que diz respeito ao conhecimento do passado e do presente de nossa sociedade e fundamental na transmissão destes ao longo dos anos.

Referências:

CHARADEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

FORTES, Leandro. **Entre a Realidade e a Ficção**. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=283AZL003>> . Acesso em 26 set 2010.

JITRIK, Noé. **História e Imaginación Literária**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1995.

LIMA, Nonato; BORTOLOTTI, Plínio. **Mídia e Poder Político na Atualidade Brasileira**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

LUCAS, Fabio. **O Caráter Social da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

Romance Histórico. In **Infopédia**. Disponível em < [http://www.infopedia.pt/\\$romance-historico](http://www.infopedia.pt/$romance-historico)>. Acesso em 28 set 2010.

SOUZA, Inglês de. **Contos Amazônicos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

TEIXEIRA, Ivan. **Literatura e História**. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/artigos/literatura_e_historia_imprimir.html>. Acesso em 28 set 2010.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da Mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.